



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TARDE

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA CONTROLE EXTERNO

PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 4 questões discursivas e 1 peça, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas e da peça



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a transcrição das respostas das questões discursivas e da peça para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual

Uma andorinha só não faz verão.

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, somente será considerado o texto transcrito para o caderno de textos definitivos. Os espaços para rascunho são de preenchimento facultativo e não serão considerados
- O caderno de textos definitivos não poderá ser assinado ou rubricado nem conter qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Prova P3 - Questão 1

Discursiva - Conhecimentos Gerais

João, servidor público federal estável, ocupante de cargo efetivo de médico no âmbito do Ministério da Saúde, acaba de ser aprovado em concurso público para o cargo de perito médico do Instituto Nacional do Seguro Social.

Diante do regime jurídico que lhe é aplicável, responda aos itens abaixo, de forma objetivamente fundamentada, levando em consideração a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- Sabendo que o somatório das cargas horárias dos dois cargos (médico no Ministério da Saúde e perito médico no INSS) ocasionará uma jornada semanal superior a 60 horas, é possível que João acumule licitamente os dois cargos públicos?
- Caso João acumule licitamente seu cargo efetivo de médico no Ministério da Saúde com outro cargo público qualquer, o servidor poderá receber acima do teto remuneratório dos servidores previsto no Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988?
- Imagine que João seja casado com Maria, juíza federal, que acaba de falecer em abril de 2022. Em relação à eventual pensão por morte de sua esposa, como se aplicaria a regra do teto remuneratório dos servidores prevista no Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988?
- Suponha que João obteve licença para tratar de assuntos particulares pelo período de um ano e já está gozando a licença há seis meses. João é sócio e empregado da sociedade empresária Alfa, e o Ministério da Saúde acabou de publicar edital de licitação para adquirir determinados materiais hospitalares, sob o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021. É lícito que a sociedade empresária Alfa participe dessa licitação?

Valor: 15 pontos
Máximo de 20 linhas.

Prova P3 - Questão 2

Discursiva - Conhecimentos Gerais

O Tribunal de Contas da União apreciou as contas apresentadas por João, ordenador de despesas na autarquia federal XX. Da análise realizada, resultou a constatação de que João causara dano à Administração Pública federal, o que decorreu da ausência de comprovação de parte dos gastos realizados. Com isso, foi apurado o *quantum* devido aos cofres públicos. Após a conclusão da análise da prestação de contas, constatou-se o decurso de mais de cinco anos desde a ocorrência do dano, daí surgindo dúvidas em relação à possível ocorrência da prescrição, considerando as normas aplicáveis à Fazenda Pública.

Como João estava vinculado a grupos políticos de grande influência em algumas regiões do país, começou a ser cogitada, no âmbito desses grupos, a possibilidade de ser editado um ato, pelo órgão competente, dispondo que ficariam extintas as consequências da conduta de João, quaisquer que fossem as instâncias de responsabilização.

À luz da narrativa acima, discorra sobre:

- a aplicação, ou não, das normas afetas à prescrição no caso descrito;
- a compatibilidade, ou não, com a ordem constitucional, do ato que se pretende editar, incluindo a autoridade que poderia fazê-lo, para que sejam extintas as consequências do ilícito praticado por João.

Valor: 15 pontos
Máximo de 20 linhas.

Prova P4 - Questão 1

Discursiva - Conhecimentos Específicos

Há mais de uma década profissionais e entidades da área de Contabilidade Aplicada ao Setor Público têm empreendido esforços para que as práticas contábeis das entidades públicas brasileiras sejam convergidas para as normas internacionais emitidas no âmbito da International Federation of Accountants (IFAC). Para isso, as autoridades normativas promoveram revisões conceituais e modificações na estrutura das demonstrações contábeis, com o objetivo, principalmente, de evidenciar informações de natureza patrimonial.

A partir desse contexto, elabore um texto que aborde as modificações relevantes para a convergência nos seguintes elementos:

- reconhecimento e mensuração de ativos;
- reconhecimento de passivos;
- reconhecimento de receitas e de despesas;
- estrutura de apresentação das demonstrações contábeis.

Valor: 15 pontos
Máximo de 20 linhas.

Prova P4 - Questão 2

Discursiva - Conhecimentos Específicos

Uma fábrica de peças para motores pretende integrar técnicas de inteligência artificial ao seu processo produtivo. Em um projeto piloto, instalou um equipamento que fotografa as peças em uma esteira e envia as imagens a um classificador automático que identifica cada peça fotografada como sendo defeituosa ou não. Os trabalhadores que fazem a inspeção manual conseguem uma precisão de aproximadamente 90% em identificar ambas as peças, boas e defeituosas, mas estão vulneráveis a riscos ocupacionais perto das máquinas e seriam melhor aproveitados em outras atividades.

Os analistas responsáveis pela construção e implantação do modelo classificador ficaram bastante animados quando o sistema atingiu 95% de precisão na classificação em um experimento inicial, com um conjunto de imagens dividido em regime de *holdout* (70% treino, 15% validação e 15% teste), todos com distribuição similar de peças boas e defeituosas. Entretanto, após analisar a matriz de confusão (abaixo), encontraram um problema que precisa ser resolvido para que o sistema possa funcionar corretamente.

real \ previsto	bom	defeito
bom	760	0
defeito	40	0

Com relação à situação descrita acima:

- a) Responda de forma fundamentada:
 - i) Qual foi o problema encontrado?
 - ii) Por que a precisão medida não atende às expectativas para o funcionamento do sistema?
- b) Indique duas técnicas que podem ser usadas para resolver o problema.

Valor: 15 pontos

Máximo de 20 linhas.

Prova P4 - Questão 3

Redação de Peça de Natureza Técnica

Visando a dividir internamente o serviço de análise de inúmeras situações verificadas em auditorias realizadas ao longo do primeiro quadrimestre de 2022 em órgãos e entidades da União, seu superior hierárquico distribui a você, auditor(a) federal de Controle Externo do TCU, dados referentes a quatro situações, requerendo que sua análise sobre a regularidade ou não de tais situações se ativesse apenas aos critérios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000). As situações a serem analisadas à luz da LRF são as seguintes:

1ª SITUAÇÃO) o Município Alfa está prestes a firmar convênio de transferência voluntária de recursos da União, no valor de R\$ 2.000.000,00, para preservação de sítio histórico localizado no território municipal, mas em que o Município beneficiário ainda não instituiu a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública local (Cosip).

2ª SITUAÇÃO) um órgão do Poder Judiciário da União, que está realizando concurso para oficiais de justiça, já com edital publicado (mas a prova ainda não foi aplicada), com o fim de reposição decorrente de cargos vagos por aposentadoria e falecimento de servidores, embora a despesa total com pessoal de tal órgão, ao final de um quadrimestre, estivesse em 96,5% (noventa e seis e meio por cento) do limite de gastos com pessoal previsto para esse órgão, situação que perdura até o momento da análise.

3ª SITUAÇÃO) o Município Beta deixou de remeter ao Ministério da Economia, no prazo devido, informações necessárias à constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, mas está em vias de firmar convênio de transferência voluntária de recursos da União na área da assistência social.

4ª SITUAÇÃO) uma concessão, por lei federal publicada em abril de 2022, de isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja redação estipula que o benefício poderá ser fruído a partir de julho de 2022. A lei isencional estava acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atendia ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e seria compensada por uma elevação de alíquota de tributo federal que ocorrerá em 01/01/2023.

Diante desses fatos e à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, elabore um parecer, a ser levado à consideração de seu superior hierárquico, avaliando e analisando justificadamente cada uma das quatro situações acima descritas e, identificada alguma irregularidade, apresentando a respectiva proposta de encaminhamento para saná-la, tudo devidamente fundamentado.

Observação: considere as situações acima como meramente hipotéticas, apenas para fins de exame.

Valor: 40 pontos

Máximo de 50 linhas.

Rascunho - Prova P3 - Questão 1 - Discursiva - Conhecimentos Gerais

1

5

10

15

20

Rascunho – Prova P3 – Questão 2 – Discursiva – Conhecimentos Gerais

1

5

10

15

20

Rascunho – Prova P4 – Questão 1 – Discursiva – Conhecimentos Específicos

1

5

10

15

20

Rascunho – Prova P4 – Questão 2 – Discursiva – Conhecimentos Específicos

1

5

10

15

20

Rascunho – Prova P4 – Questão 3 – Redação de Peça de Natureza Técnica

1

5

10

15

20

25

30

35

40

45

50

Realização

